

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ N° 15.512.172/0001-11

NIRE N° 42 3 0004543-8

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Brasil Participações S.A. ("CLWP Brasil Participações" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como holding, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. A CLWP Brasil Participações detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") autorizou a exploração do Conjunto, localizado em Umburanas, no Estado da Bahia. Atualmente a Companhia controla 11 subsidiárias que juntas somam 326,7 MW de capacidade instalada e 166,5 MWm de garantia física em empreendimentos operacionais de geração eólica:

Central Eólica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data de entrada em operação comercial
Campo Largo I	29,7	15,3	21.09.2018
Campo Largo II	29,7	16,3	21.12.2018
Campo Largo III	29,7	14,6	22.08.2018
Campo Largo IV	29,7	15,5	22.08.2018
Campo Largo V	29,7	14,1	31.10.2018
Campo Largo VI	29,7	13,8	02.11.2018
Campo Largo VII	29,7	16,3	04.07.2018
Campo Largo XV	29,7	15,4	23.11.2018
Campo Largo XVI	29,7	15,5	28.09.2018
Campo Largo XVIII	29,7	14,5	31.10.2018
Campo Largo XXI	29,7	15,2	06.10.2018

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 1.262,1 GWh, desempenho 9,9% superior à observada em 2023, que foi de 1.148,2 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2024 atingiu 93,2%, 12,8 p.p. superior ao obtido em 2023, de 80,4%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2024	2023	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	336.536	308.794	27.742	9,0
Lucro bruto	172.426	161.666	10.760	6,7
Margem bruta	51,2%	52,4%		(1,2 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	170.014	159.875	10.139	6,3
Ebitda (Lajida) ¹	241.499	231.412	10.087	4,4
Margem Ebitda (Lajida)	71,8%	74,9%		(3,1 p.p.)
Resultado financeiro	(53.682)	(44.399)	(9.283)	20,9
Lucro líquido do exercício	90.681	85.086	5.595	6,6

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + tributos sobre o lucro + depreciação e amortização

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a elevação decorreu, substancialmente, pela atualização monetária dos contratos de venda de energia e redução do ressarcimento a distribuidoras, atenuada pela diminuição da receita de indenização por indisponibilidade.

EBIT: o aumento é motivado, principalmente, pela elevação da receita operacional líquida, atenuado, pelo aumento do custo da energia vendida.

Resultado financeiro: o aumento do resultado financeiro é proveniente, substancialmente, do decréscimo das aplicações financeiras, parcialmente compensada, pelos juros de títulos e valores mobiliários e pela redução de juros e variação monetária sobre financiamentos.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 15.512.172/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0004543-8
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	505	555	108.093	344.625
Contas a receber de clientes	5	-	-	38.492	42.742
Indenização por indisponibilidade a receber	14	-	-	3.808	18.348
Dividendos a receber	8	8.621	8.087	-	-
Outros ativos circulantes		113	83	16.429	5.995
		9.239	8.725	166.822	411.710
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	118.307	-
Depósitos vinculados	7	-	-	41.363	42.471
Outros ativos não circulantes		-	-	495	457
		-	-	160.165	42.928
Investimento	8	871.153	1.023.131	-	-
Imobilizado	9	-	-	1.541.511	1.601.885
Intangível		-	-	337	357
		871.153	1.023.131	1.702.013	1.645.170
TOTAL		880.392	1.031.856	1.868.835	2.056.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 15.512.172/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0004543-8
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	96	60	27.571	28.783
Dividendos	13	8.615	8.083	8.615	8.083
Financiamentos	12	-	-	71.778	71.579
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	44.275	49.284
Outros passivos circulantes		-	1	10.547	11.869
		8.711	8.144	162.786	169.598
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	-	-	43.590	25.496
Financiamentos	12	-	-	659.161	722.400
Provisão para desmobilização	9	-	-	55.639	51.437
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	75.978	64.237
		-	-	834.368	863.570
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	13				
Capital social		713.385	890.240	713.385	890.240
Reservas de lucros		145.374	121.347	145.374	121.347
Dividendos adicionais propostos		12.922	12.125	12.922	12.125
		871.681	1.023.712	871.681	1.023.712
TOTAL		880.392	1.031.856	1.868.835	2.056.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 15.512.172/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0004543-8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	336.536	308.794
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	9	-	-	(71.485)	(71.537)
Serviços de terceiros		-	-	(50.634)	(44.019)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(22.324)	(21.598)
Energia elétrica comprada	18	-	-	(5.170)	(6.032)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(156)	6.541
Outros		-	-	(14.341)	(10.483)
		-	-	(164.110)	(147.128)
LUCRO BRUTO		-	-	172.426	161.666
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(103)	(97)	(2.412)	(1.791)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8	90.743	85.123	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		90.640	85.026	170.014	159.875
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		41	78	11.688	33.173
Renda de depósitos vinculados		-	-	4.253	5.170
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	-	-	6.207	-
Juros e variação monetária sobre financiamentos	12	-	-	(68.929)	(75.891)
Juros sobre fornecedores		-	-	(4.579)	(3.553)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	9	-	-	(2.946)	(2.672)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		-	1	624	(626)
		41	79	(53.682)	(44.399)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		90.681	85.105	116.332	115.476
Imposto de renda e contribuição social	15				
Imposto de renda		-	(12)	(17.911)	(21.494)
Contribuição social		-	(7)	(7.740)	(8.896)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		90.681	85.086	90.681	85.086

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.681	85.086	90.681	85.086
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	90.681	85.086	90.681	85.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 15.512.172/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0004543-8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31.12.2022		890.240	10.193	46.276	9.246	-	955.955
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(9.246)	-	(9.246)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	85.086	85.086
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	4.254	-	-	(4.254)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.083)	(8.083)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	12.125	(12.125)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	60.624	-	(60.624)	-
Saldos em 31.12.2023	13	890.240	14.447	106.900	12.125	-	1.023.712
Redução de capital		(176.855)	-	-	-	-	(176.855)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(12.127)	-	(12.127)
Dividendos intermediários		-	-	(45.115)	-	-	(45.115)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.681	90.681
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	4.534	-	-	(4.534)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.615)	(8.615)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	12.924	(12.924)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	64.608	-	(64.608)	-
Saldos em 31.12.2024	13	713.385	18.981	126.393	12.922	-	871.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 15.512.172/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0004543-8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	90.681	85.105	116.332	115.476
Conciliação do lucro com o caixa das operações:				
Resultado de participação societária	(90.743)	(85.123)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	71.485	71.537
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	68.929	75.891
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	-	-	2.946	2.672
Juros sobre fornecedores	-	-	4.579	3.553
Juros sobre títulos e valores imobiliários	-	-	(6.207)	-
Renda de depósitos vinculados	-	-	(4.253)	(5.170)
Outros	-	(2)	(55)	92
Resultado ajustado	(62)	(20)	253.756	264.051
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	4.250	(7.812)
Indenização por indisponibilidade a receber	-	-	14.540	25.263
Outros ativos	(31)	27	(13.483)	(10.613)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	36	17	11.969	641
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	6.732	24.647
Outros	-	(6)	(779)	846
Caixa líquido das operações	(57)	18	276.985	297.023
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(61.360)	(66.232)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(9)	(22.559)	(24.361)
Caixa líquido das atividades operacionais	(57)	9	193.066	206.430
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	65.332	15.040	-	-
Redução de capital em controladas	176.855	-	-	-
Aquisição de títulos de valores imobiliários	-	-	(112.100)	-
Aplicação no imobilizado e intangível	-	-	(10.070)	(2.266)
Caixa líquido das atividades de investimento	242.187	15.040	(122.170)	(2.266)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Redução de capital	(176.855)	-	(176.855)	-
Custo de captação de financiamento	-	-	(57)	-
Pagamento de financiamentos	-	-	(70.552)	(70.031)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	5.361	5.800
Dividendos pagos	(65.325)	(15.410)	(65.325)	(15.410)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(242.180)	(15.410)	(307.428)	(79.641)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(50)	(361)	(236.532)	124.523
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	555	916	344.625	220.102
Saldo final	505	555	108.093	344.625
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(50)	(361)	(236.532)	124.523

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 19 - Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES.S.A.
CNPJ Nº 15.512.172/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0004543-8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Brasil Participações S.A. (“Companhia” ou “CLWP Brasil”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 10.05.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Atualmente, a CLWP Brasil é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Eólico Campo Largo:

Empresa	Projeto Eólico	Capacidade Instalada (MW) ¹	Garantia física (MW médios)	Participação no capital integralizado e votante (%)	
				31.12.2024	31.12.2023
CLWP Eólica Parque I S.A.	CLWP I	29,7	15,3	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque II S.A.	CLWP II	29,7	16,3	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque III S.A.	CLWP III	29,7	14,6	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque IV S.A.	CLWP IV	29,7	15,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque V S.A.	CLWP V	29,7	14,1	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque VI S.A.	CLWP VI	29,7	13,8	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque VII S.A.	CLWP VII	29,7	16,3	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XV S.A.	CLWP XV	29,7	15,4	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XVI S.A.	CLWP XVI	29,7	15,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XVIII S.A.	CLWP XVIII	29,7	14,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XXI S.A.	CLWP XXI	29,7	15,2	99,99	99,99

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As controladas da Companhia compõem o Consórcio Campo Largo, o qual é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 11.04.2025.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, CLWP Brasil, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Títulos e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

c.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

c.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

I) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27			
Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10			
A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)			
As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	68	153	18.745	7.854
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	437	402	89.348	336.771
	505	555	108.093	344.625

A Companhia e suas controladas são participantes do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Distribuidoras	23.560	22.523
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	13.684	19.093
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	1.077	763
Transações realizadas na CCEE	171	363
	38.492	42.742

A Companhia, por intermédio de controladas, comercializou parte de sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão A-5, de 28.11.2014, pelo prazo de 20 anos. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. Adicionalmente, não houve constituição de provisão para perdas esperadas.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 112.100. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Consolidado
Aquisição	112.100
Juros	6.207
Saldos em 31.12.2024	118.307
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo não circulante	118.307
	118.307

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento			Vencimento	Principal	Juros	Saldos em 31.12.2024
	Quantidade	Remuneração					
12ª Emissão Série 4	112.100	CDI + 0,55% a.a.		06.2026	06.2026	06.2026	118.307

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha, no consolidado, R\$ 41.363 (R\$ 42.471 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. INVESTIMENTOS

a) Mutações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora							Saldo em 31.12.2024
	Saldo em 31.12.2022	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2023	Redução de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	
CLWP I	88.261	(2.494)	11.169	96.936	(13.064)	(9.715)	10.150	84.307
CLWP II	86.170	(2.586)	14.913	98.497	(13.449)	(8.902)	9.861	86.007
CLWP III	84.163	(636)	2.350	85.877	(18.906)	(3.000)	6.348	70.319
CLWP IV	91.517	(1.528)	6.706	96.695	(24.713)	(6.248)	8.800	74.534
CLWP V	84.710	(681)	2.951	86.980	(15.961)	(2.816)	4.146	72.349
CLWP VI	83.005	(594)	5.102	87.513	(19.721)	(1.938)	7.009	72.863
CLWP VII	83.373	(1.213)	6.606	88.766	(13.628)	(4.713)	8.857	79.282
CLWP XV	88.275	(2.024)	8.826	95.077	(11.051)	(8.005)	8.649	84.670
CLWP XVI	86.440	(2.469)	10.604	94.575	(9.949)	(9.910)	11.480	86.196
CLWP XVIII	93.348	(2.101)	9.161	100.408	(12.455)	(8.295)	8.762	88.420
CLWP XXI	85.858	(786)	6.735	91.807	(23.958)	(2.324)	6.681	72.206
	955.120	(17.112)	85.123	1.023.131	(176.855)	(65.866)	90.743	871.153

b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2024

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício	Participação (%)
CLWP I	65.099	165.907	81.600	84.307	32.639	10.150	99,99
CLWP II	64.651	168.775	82.768	86.007	33.279	9.861	99,99
CLWP III	62.637	181.974	111.655	70.319	27.817	6.348	99,99
CLWP IV	60.321	165.601	91.067	74.534	30.550	8.800	99,99
CLWP V	65.813	164.196	91.847	72.349	26.297	4.146	99,99
CLWP VI	62.259	163.557	90.694	72.863	29.425	7.009	99,99
CLWP VII	64.871	182.435	103.153	79.282	30.943	8.857	99,99
CLWP XV	69.041	165.843	81.173	84.670	31.438	8.649	99,99
CLWP XVI	66.164	169.489	83.293	86.196	34.124	11.480	99,99
CLWP XVIII	72.348	164.969	76.549	88.420	31.157	8.762	99,99
CLWP XXI	60.702	175.485	103.279	72.206	28.810	6.681	99,99

NOTA 9. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
	31.12.2024			31.12.2023	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,71%	1.857.304	(424.613)	1.432.691	1.498.398
Edificações e benfeitorias	3,48%	72.559	(15.938)	56.621	59.148
Direito de uso de arrendamentos	2,22%	51.097	(4.944)	46.153	42.802
Móveis e utensílios	6,25%	186	(12)	174	53
Veículos	6,25%	43	(2)	41	-
		1.981.189	(445.509)	1.535.680	1.600.401
Em curso		5.831	-	5.831	1.484
		1.987.020	(445.509)	1.541.511	1.601.885

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de uso de arrendamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2022	1.586.410	61.687	32.581	-	1.250	1.681.928
Ingressos	-	-	-	-	2.220	2.220
Reversão de provisão para desmobilização	(21.696)	-	-	-	-	(21.696)
Baixas	(66)	-	-	-	-	(66)
Remensuração	-	-	11.036	-	-	11.036
Transferências	1.943	(13)	-	56	(1.986)	-
Depreciação	(68.193)	(2.526)	(815)	(3)	-	(71.537)
Saldos em 31.12.2023	1.498.398	59.148	42.802	53	1.484	1.601.885
Ingressos	-	-	-	-	5.985	5.985
Desmobilização	-	-	-	-	1.256	1.256
Baixas	(567)	-	-	-	-	(567)
Remensuração	-	-	4.418	-	-	4.418
Transferências	2.722	-	-	172	(2.894)	-
Depreciação	(67.862)	(2.527)	(1.067)	(10)	-	(71.466)
Saldos em 31.12.2024	1.432.691	56.621	46.153	215	5.831	1.541.511

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2024 era de R\$ 55.639 (R\$ 51.437 em 31.12.2023), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 2.946 registrada no resultado de 31.12.2024 (R\$ 2.672 em 31.12.2023) e (ii) aumento de R\$ 1.256 (reversão de R\$ 21.696 em 2023) por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão.

d) Autorizações das eólicas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Data do ato	Vencimento
EOL Campo Largo III, IV, VI e VII	CLWP Eólicas	119	60	07.2015	07.2050
EOL Campo Largo V e XXI	CLWP Eólicas	59	29	08.2015	08.2050
EOL Campo Largo I, II, XV, XVI e XVIII	CLWP Eólicas	148	77	05.2017	05.2052

NOTA 10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos a pagar	48.885	30.151
Fornecedores de materiais e serviços	13.522	11.527
Fornecedores de imobilizado	6.324	10.409
Encargos de uso da rede elétrica	1.885	1.821
Energia elétrica comprada	545	371
	71.161	54.279
Passivo circulante	27.571	28.783
Passivo não circulante	43.590	25.496
	71.161	54.279

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, os financiamentos contratados tendem a estarem protegidos pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
TJLP	7,4%	8,0%	0,6 p.p.	2,0 p.p.	-0,7 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível na taxa de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
TJLP	730.939	(2.764)	(10.157)	3.527

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	730.939	793.979
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(41.363)	(42.471)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(108.093)	(344.625)
Dívida líquida	581.483	406.883
Patrimônio líquido	871.681	1.023.712
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,7	0,4

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes. Adicionalmente, a Companhia também possui contratos com a parte relacionada ECV, vigente até 2036, mitigando parte de seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	27.571	10.161	10.161	172.778	220.671
Financiamento	127.036	231.887	215.189	494.840	1.068.952
	154.607	242.048	225.350	667.618	1.289.623

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	437	402	89.348	336.771
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	68	153	18.745	7.854
Contas a receber de clientes	-	-	38.492	42.742
Indenização por indisponibilidade a receber	-	-	3.808	18.348
Títulos e valores mobiliários	-	-	118.307	-
Depósitos vinculados	-	-	41.363	42.471
	505	555	310.063	448.186
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	96	60	71.161	54.279
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	120.253	113.521
Financiamento	-	-	730.939	793.979
	96	60	922.353	961.779

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. FINANCIAMENTOS

a) Mutações dos financiamentos

	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	854.351
Juros e variação monetária	75.891
Amortização do principal	(70.031)
Amortização de juros	(66.232)
Saldo em 31.12.2023	793.979
Custo de captação de financiamento	(57)
Juros e variação monetária	68.929
Amortização do principal	(70.552)
Amortização de juros	(61.360)
Saldo em 31.12.2024	730.939
Passivo circulante	71.778
Passivo não circulante	659.161
	730.939

b) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2026	65.094
2027	66.070
2028	67.061
2029	68.062
2030	69.078
2031 a 2035	323.796
	659.161

c) Condições contratadas

Banco	Encargos	Condições de pagamento		Saldo em 31.12.2024
		Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.	06.2035	Mensais	393.270
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.	06.2035	Mensais	337.669

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ ≥ 1,25

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

No exercício findo em 31.12.2024, a Companhia atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seu contrato firmado com o BNDES.

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 era de R\$ 713.385 (R\$ 890.240 em 31.12.2023), representado por 713.384.996 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 713.384.995 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros e dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2024, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 64.608 do lucro do exercício de 2024 para reserva de retenção de lucros. A Companhia também destinou dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 12.924

d) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos dos exercícios de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	90.681	85.086
Reserva legal	(4.534)	(4.254)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	86.147	80.832
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	8.615	8.083
Total dos dividendos anuais	8.615	8.083

d.1) Mutações dos dividendos

Saldo em 31.12.2022	6.164
Dividendos adicionais propostos	9.246
Pagamentos de dividendos	(15.410)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.083
Saldo em 31.12.2023	8.083
Dividendos intermediários	57.242
Pagamento de dividendos	(65.325)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.615
Saldo em 31.12.2024	8.615

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ECV	163.692	151.939
Distribuidoras	155.364	136.632
EBC	12.313	3.416
Transações no mercado de curto prazo	1.205	2.083
ENGIE	-	332
Outras receitas	465	2
	333.039	294.404
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(12.154)	(10.748)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	4.617	21.688
Receita de indenização de seguros ¹	11.034	3.450
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	336.536	308.794

(1) Mais informações vide Nota 17 - Seguros.

Em 2024, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 12.951 (R\$ 23.747 em 2023), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Adicionalmente, a Companhia realizou o montante de R\$ 6.466 referente às provisões de ressarcimento registradas em anos anteriores. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2024, apresentava saldos de R\$ 44.275 e R\$ 75.978, respectivamente, no passivo circulante e no passivo não circulante (R\$ 49.284 e R\$ 64.237 em 31.12.2023).

Também em 2024, a Companhia reconheceu um valor de R\$ 4.617 (R\$ 21.688 em 31.12.2023) relativos à multa contratual por indisponibilidade referente ao contrato de O&M para os parques integrantes do Consórcio Campo Largo. Esse reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Indenização por indisponibilidade a receber", a qual, em 31.12.2024 apresentava o saldo de R\$ 3.808 (R\$ 18.348 em 31.12.2023) em aberto no ativo circulante.

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado			
	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	333.039	333.039	294.404	294.404
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	26.643	39.965	23.552	35.328
Receita financeira	30.341	30.341	38.364	38.364
Receita de indenização por indisponibilidade	4.617	4.617	21.688	21.688
Receita de indenização de seguros	11.034	11.034	3.450	3.450
Outros	65	40	(21)	10
Base de cálculo	72.700	85.997	87.033	98.840
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(18.175)	(7.740)	(21.758)	(8.896)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	264	-	264	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(17.911)	(7.740)	(21.494)	(8.896)

NOTA 16. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R\$ 559.324.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos de operação e manutenção, vigente até 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 159.999.

c) Venda de energia

Em leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014, a CLWP Brasil e suas controladas comercializaram 82,6 MW médios em leilão A-5, pelo prazo de 20 anos, a partir de 01.01.2019, por meio de seus parques eólicos, com capacidade instalada total de 178,2 MW. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2024, era de R\$ 2.357.346.

NOTA 17. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo participa da referida apólice no montante de R\$ 2.235.878 para danos materiais e R\$ 437.776 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2025.

Em 2024, houve a confirmação da ocorrência de um sinistro com a cobertura de lucros cessantes. Obteve-se o parecer favorável para o pagamento da indenização concedido pela seguradora, a partir do qual a Companhia concluiu que o evento é certo e se tornou recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em dezembro deste ano, a Companhia registrou a indenização do seguro para refletir os efeitos das transações. Desta forma, foi reconhecido em 2024 o montante de R\$ 11.034 (R\$ 3.450 em 31.12.2023) relacionado aos lucros cessantes.

NOTA 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2024 foi de R\$ 1.387 (R\$ 1.338 em 31.12.2023).

b) Transações entre partes relacionadas

	ATIVO		PASSIVO	RESULTADO			
	Contas a receber	Títulos e valores mobiliários	Fornecedores	Receita operacional líquida	Compra de energia	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	Receitas Financeiras
ECV	13.684	-	-	157.717	-	-	-
EBC	1.077	-	545	11.864	5.170	-	-
ENGIE	-	118.307	3.947	-	-	-	6.207
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	146	-
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	244	-
31.12.2024	14.761	118.307	4.492	169.581	5.170	390	6.207
31.12.2023	19.856	-	5.298	150.004	6.032	364	-

Os contratos de longo prazo firmados entre as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo e foram firmados em condições negociadas entre as partes. Os registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos.

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso futuro Base 31.12.2024
CECL ¹	ECV	2036 e 2039	IPCA	Janeiro e Setembro	1.883.868
CECL	EBC	2038	IPCA	Janeiro e Dezembro	131.605
EBC	CECL	2038	IPCA	Janeiro	64.114

(1) Conjunto Eólico Campo Largo.

NOTA 19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora	Consolidado	
	2023	2024	2023
Fornecedores de imobilizado	-	4.085	46
Provisão (reversão) de desmobilização	-	1.256	(21.696)
Remensuração de arrendamentos	-	(4.418)	(11.036)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(9)	(3.648)	(7.501)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da CLWP Brasil Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva

Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi

Contador - CRC SC 043065/O-0



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CLWP Brasil Participações S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **CLWP Brasil Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



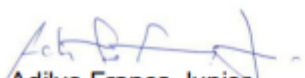
Shape the future
with confidence

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 11 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O